

## **REINOS ENCANTADOS DEL REI D. SEBASTIÃO: Rebeldia e Contestação da Ordem nos Sertões Pernambucanos de 1820**

Flavio José Gomes Cabral

Professor do Departamento de Letras e Ciências Humanas da UFRPE/Membro do Centro de Estudos de História Municipal - Fidem

O episódio da Serra do Rodeador, localidade da zona rural de Bonito, Província de Pernambuco dos primeiros anos do século XIX, foi um movimento, a priori, de caráter messiânico e milenarista inebriado de grande apelo social. Nele, que foi o primeiro surto coletivo sebastianista do Brasil, envolveram-se mulatos e outras esferas de homens e mulheres livres e pobres, comandados pelo ex-soldado do 12º batalhão de milícias Silvestre José dos Santos. Naquele acampamento, nomeado de Reino ou Cidade do Paraíso Terreal, seus habitantes sonharam que com o retorno de D. Sebastião a ordem social seria invertida: os pobres enriqueceriam; alguns dos líderes da comunidade se transformariam em príncipes, aumentando a fortuna do lugar; o abominável sistema de recrutamento seria abolido; o sepultamento de ricos nos interiores dos templos católicos deixaria de acontecer; os pobres conquistariam a terra, quando então, um dia, aquele povo sairia dali para comandar o *mundo e corrigi-lo*.<sup>1</sup>

Silvestre e seu cunhado Manoel Gomes das Virgens, desertores das milícias, foram os primeiros a chegar naquelas terras fazendo alguns acertos com o senhor daquelas sesmarias, João Francisco da Silva. Os forasteiros chegaram por ali entre os anos de 1811 e 1812. Os novos moradores, pelo uso da terra pagavam-lhes foro. Depois, com o adensamento de povo que para lá afluía desejoso de encontrar a felicidade plena, resolveram não mais pagar coisa alguma, alegando que aquelas terras eram realengas. O sesmeiro sentiu receio de reclamar tal compromisso, porque ali em seus domínios havia muita gente em derredor de uma capela, dito Oratório da Pedra, construído em substituição a um outro de menores dimensões e tinha esse nome porque *ficava em pouca distância no princípio da serra, e para ali mudaram algumas imagens que tinham, o que aconteceu há menos de um ano [1819]*.<sup>2</sup>

O povo concentrado no referido reino provinha de vários lugares. Do próprio Povoado de Bonito (sítios Bananeira, Pau d'Arco, Gengibre e Sítio do Meio), da Ribeira do Rio Una, do Rio Capibaribe, São José dos Bezerros, Santo Antônio de Tracunhaém e dos sertões dos Cariris Velhos, no Ceará. Em sua maioria, consistiam em pessoas livres que variavam entre 20 a 60 anos, casadas, analfabetas, mulatas e trabalhadoras braçais desempregadas. Constituíam um conjunto numeroso e móvel. Toda esse contingente era no início do século XIX uma população bastante expressiva no

Brasil.<sup>3</sup> Essa constante mobilidade não obedecia a instintos de nomadismos, mas à miséria em que se encontravam. Mediante grande estado de tensão, esses pobres viviam em constante movimentação, aninhando-se em uma ou outra fazenda. Era uma constante procura de trabalho ou de outro padrinho que lhes oferecesse vantagens. Mas também porque muitas vezes eram expulsos da terra, ocorrendo vinganças desastrosas para ambos os lados.

O Rodeador procurou atender os insatisfeitos. Segundo informações do capitão Manoel José de Castro, comandante do 12º Batalhão de Milícias de Bonito, por ocasião da devassa instaurada naquele lugar em 1820, em seu regimento havia constantes deserções e os trãnsfugas procuravam abrigo no Rodeador. Certa feita, ao enviar àquela localidade escolta de dezesseis homens para recuperar um desertor, houve choque entre os soldados e os familiares do prisioneiro que ali viviam, saindo machucado um dos seus comandados. O tenente Antônio Ribeiro Freire, do mesmo batalhão, introduzido na comunidade sebástica no serviço de espionagem, comunicou aos seus superiores haver ali cerca de 30 a 40 fugitivos do recrutamento, homens moços e solteiros, originários de vários rincões da capitania, inclusive do seu batalhão.

A presença de considerável número de desertores vivendo no Rodeador, como vimos anteriormente, pode ser entendida como ato de resistência ao sistema. Os desertores perceberam que eram livres, mas não iguais àqueles que pela origem foram poupados do recrutamento forçado. Se seguirmos as pistas do paradigma indiciário formulado por Ginzburg,<sup>4</sup> tudo leva a crer existir naquele momento uma crise de relação metrópole-colônia. Queixando-se da miséria, da injustiça, do desemprego, dos serviços que prestavam, lembra Peter Burke,<sup>5</sup> o motim pode ser uma resposta ao modelo opressor. Para Jacqueline Hermann,<sup>6</sup> o problema da deserção, tão corriqueiro na Colônia, excede os limites do Rodeador e quiçá os de Pernambuco. O reduzido soldo, a disciplina militar, os castigos, as prisões, o medo dos cercos a delinqüentes e a pretensão pela carreira militar contribuíram para a disciplina, sinalizando uma ruptura com os laços de sujeição que ligavam esses homens às autoridades coloniais.

Um dos locais mais representativos para aqueles camponeses era a grande pedra, dita do Rodeador, localizada em uma das fraldas da serra. Em uma de suas vertentes, a de face oeste, há algumas fendas, espécies de abrigos naturais nos quais, segundo se dizia, ouviam-se vozes humanas, manejos de armas, instrumento tocando, eis o por que era o local conhecido por “Lugar do Encanto”. Segundo as profecias ventiladas um dia, dali sairia D. Sebastião, comandando um fabuloso exército pronto para defendê-los. A imagem de um imbatível e poderoso exército alimentava os ânimos. Era o fermento capaz de uni-los e torná-los fortes e capazes de enfrentar os desafios das forças adversárias por mais poderosas que fossem.

O medo de que os camponeses do Paraíso Terreal representassem uma ameaça à ordem monárquica fez com que uma rede de espionagem a mando do governo pernambucano fosse infiltrada na comunidade para detectar o comportamento daquela gente. Recebidas as primeiras informações, o capitão-general Luís do Rego Barreto, derradeiro governador régio da Província, homem talhado nos campos napoleônicos, praticamente foi escolhido a dedo para chefiar uma capitania de fama de rebeldia, em tempo hábil, inteirava ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal que o objetivo daquela comunidade era propiciar *um cisma religioso e político ao qual era preciso o quanto antes pôr obstáculos*.<sup>7</sup> Graças à consideração dada ao movimento, duas devassas foram instauradas para apurar os verdadeiros fins do arraial sebástico, cuja documentação me permitiu visualizar os inúmeros elementos presentes nos rituais da aludida comunidade.

Para admissão no Reino do Paraíso Terreal, exigia-se um ritual particular que marcava a vida dos neófitos. Para ter acesso como novo membro, o converso tinha que se confessar com os vigários ou capelães, condição *sine qua non* para obtenção do perdão de Deus. Segundo declarações do camponês José Fernandes, ordinariamente o convertido se confessava com os padres José de Sousa e José Luís da Cunha Bastos. O camponês, sentindo dificuldades para encontrá-los, a exemplo da maioria dos conversos, confessou-se, como mandaram, com a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo depositada na capela do Oratório da Pedra.

Na realidade, como eram raras as visitas de sacerdotes à capela do Povoado de Bonito, isso porque, não sendo ela sede de freguesia, tais visitas davam-se vez por outra pelos curas de São José dos Bezerras a cuja freguesia estava adstrita a mencionada capela. A carência de padres na Colônia teria concorrido, segundo Luiz Mott,<sup>8</sup> para a indolência e indiferença às cerimônias religiosas comunitárias. Entretanto, observa o autor, essa cerimônia teria incentivado a vida religiosa privada, concorrendo para afastamentos e heterodoxias. Talvez, diante dessa e de outras dificuldades, optou-se no Paraíso Terreal que os postulantes se confessassem com as imagens dos santos do oratório e antes de ser dada a penitência final deviam rezar o ato de contrição. Quando os iniciantes estavam prestes a enfrentar a confissão, eram introduzidos no oratório por dois homens, sendo um deles José Fernandes, que tendo suas espadas desembainhadas conduziam-nos até o altar onde *juravam solenemente guardar segredo e morrer na causa de Nosso Senhor Jesus Cristo e de el rei Dom Sebastião*.<sup>9</sup>

Tratando-se por irmãos, os prosélitos se agrupavam em torno de uma irmandade, a do *Bom Jesus da Lapa*, cujas figuras de maior importância eram Silvestre e seu cunhado Manoel Gomes das Virgens, tidos como *Procuradores de Cristo*. Abaixo deles, doze indivíduos denominados *Sabidos* tinham funções no cotidiano do arraial. O restante do povo era conhecido como *Ensinados*, que deveriam atingir a mil antes da marcha cruzada que sairia daquele sítio para libertar os lugares

santos de Jerusalém com a chegada de D. Sebastião, realizando-se o paraíso na Terra inteira com a instalação do milênio.

O Reino do Paraíso Terreal poder-se-ia dizer que era um local como tanto outros. E como todos os locais havia de ter os caminhos do sagrado e do profano. E para coibir os desregramentos, as seduções e os prazeres, comportava, ainda, a estrutura do grupo um corpo de *Procuradores da Honestidade* masculina e feminina, cujos dignitários se distinguiam dos demais por ostentar divisas e rosetas multicores. Suas funções eram velar os vestuários, proibir uniões que maculassem a religião. Tais cautelas se faziam porque sendo o culto à noite poderia haver transgressões às normas impostas. Além de Silvestre e Manoel Gomes das Virgens, outras figuras de relevo se distinguiam entre os prosélitos: Estevão Fernandes Coutinho (procurador da honestidade dos homens), Manoel da Paixão (sacristão), Francisco Gomes (ensinava exercícios militares). Entre as mulheres as mais importantes eram aquelas que compunham o corpo de procuradoras da honestidade: Feliciano Maria da Conceição, Joana Batista, Francisca Maria de Santa Ana (irmã de Silvestre), Isabel Maria e Joana Evangelista.

As mulheres do Rodeador, mesmo se destacando em alguns dos ritos, fato que não se verificou nem na vida profana nem tampouco na hierarquia eclesiástica da época, foram mantidas afastadas de outros rituais. Isto porque, como explicaram as procuradoras Francisca Maria de Santa Ana e Joana Evangelista, o segredo não lhes dizia respeito. Destarte, mesmo se apresentando como uma comunidade mais democrática, as mulheres dos homens do Reino do Paraíso Terreal eram privadas de certas regalias. Pelo menos é o que transparece nos depoimentos consultados. Quase nada consegui apurar sobre outras atividades daquelas mulheres. Provavelmente se ocupavam em diversos misteres. Por ocasião em que o arraial em que viviam foi tomado pelas tropas do governo, resistiram até o fim.

Como no Reino do Paraíso Terreal havia inúmeros desertores esses homens passaram a compor um pequeno exército composto de cerca de 150 soldados comandados por Gonçalo Correia. Todo esse efetivo dispunha de armas das mais variadas qualidades: faca-de-ponta, pistola, espadas, catanas, parnaíba, bacamartes e espingardas, sendo essas duas últimas as mais expressivas. As revistas das tropas, ensinamentos sobre o manejo de armas e exercícios militares (Marchas de Deus) davam-se à noite após as cerimônias religiosas e eram acompanhadas ao som de uma rebeca. Todas essas evoluções eram assistidas pela comunidade, que cria, segundo se comentava, que aqueles soldados não seriam molestados em caso de um confronto com aqueles que opunham ao que ali se determinava. Foi incutido que por ocasião do retorno de D. Sebastião este ia se ter com D. João VI para convencê-lo a aderir à seita. Desejando o monarca acompanhá-lo tudo estava consumado, caso contrário, o povo do Rodeador defenderia a *lei de el rei Dom Sebastião com todas as forças*.<sup>10</sup>

Um dos homens infiltrados como espia denunciou que por ocasião das Marchas de Deus, um dos oradores chegou a proclamar que desejava *encontrar com o General desta Capitania [Luís do Rego Barreto] para lhe fazer umas cuias [de sua] cabeça, uma para eles beberem e outra para quem a quisesse.*<sup>11</sup> E que tudo aquilo que ele havia presenciado *era determinado por Deus [e] que o General nada tinha que fazer com eles.*<sup>12</sup> O governador, diante dessas novidades, achava conveniente se tomar cuidado com a propagação dessas idéias era de opinião que *para o interior o espírito público tem recebido algum maligno influxo, e creio ser este, ao menos em parte, vindo de fora, talvez desses papéis venenosos que, apesar de todas as cautelas, se tem introduzido em todo Reino Unido.*<sup>13</sup>

Diante das preleções acima declaradas é possível pensar na possibilidade de uma experiência sediciosa estar sendo arquitetada na comunidade em tela. As reflexões de István Jancsó<sup>14</sup> são aqui pertinentes, quando ele nos faz refletir que sendo a sedição a *revolução desejada*, fatos como esse são *muito mais perigosos para o status do que os violentos motins ou revoltas que mobilizavam grandes massas de homens em nome do “viva o rei, morra o mau governo”*, expressões de refutação que, porém, nunca procuraram promover uma total desfiguração da ordem, pelo contrário, buscaram restaurá-las. Todos esses rugidos demonstram o quanto inquieta estava essa camada de povo no período que antecede a Independência.

Creio que o afluxo de gente, principalmente desempregada e desertores dos exércitos, que procurava o Rodeador provavelmente inquietou as autoridades coloniais. Imbuídos dos velhos preconceitos sobre o pobre, assomados ao medo do desconhecido, certamente estes aspectos fizeram aflorar receios sobre aquela gente. Em momentos como estes é comum vir à tona o medo do outro, manifestado em certos clichês: são *cruéis e sanguinários, grosseiros, maus católicos, pecadores, mal vestidos, gente que tudo se enfurece etc.*<sup>15</sup> Diante desses receios, alguns fantasmas começaram a assombrar aquelas autoridades, que diante dos quadros de insatisfações vividos nos momentos antes e após a Revolução de 6 de março de 1817, tido por Carlos Guilherme Mota como o *primeiro traço realmente significativo de descolonização acelerada e radical*,<sup>16</sup> passaram a desconfiar de que no sítio do *Rodeador*, maquinava-se contra o rei.

Sabendo o governo das movimentações diárias dos camponeses do Reino do Paraíso Terreal deliberou de imediato sua repressão, pois temia, ante as tensões que abalavam a capitania, que ali se fomentavam tropas revolucionárias. Ademais, o fantasma de uma sedição não foi descartado, porque o caso do Rodeador não podia ser desvinculado das ocorrências de 1817, que antecederam. Em face da capacidade que era peculiar ao homem livre de vencer distâncias, achou prudente mobilizar várias tropas para invadir de assalto e à noite quando todos estivessem entretidos em suas

orações à espera de milagres. Desse modo, se evitariam evasões, pois todas as estradas estariam vigiadas e, assim, os evadidos não poderiam *fundar nova fábrica de milagres*.

Diante do exposto, resolveu o Luís do Rego Barreto comandar *in loco* as colunas militares que se mobilizavam no Recife para a guerra. Como de hábito, quando se ausentava da governança, deixava em seu lugar o marechal-de-campo Luís Antônio Salazar Moscoso. Quando estava pronto para partir, foi Rego Barreto apanhado de assalto com a chegada de um pacote inglês portador das primeiras notícias advindas de Portugal sobre a rebelião deflagrada na cidade do Porto, em 24 de agosto de 1820. Por causa disso, permaneceu em Recife, objetivando frear os possíveis ventos liberais por aqui, confiando ao marechal Moscoso a tarefa de substituí-lo na chefia das tropas que partiram contra o Rodeador. O marechal, que deveria comandar as operações de guerra, diante dos contratempos em Recife, deixou esta vila com retardo, não conseguindo alçar as colunas que tinham partido havia bastante tempo. Vencida a distância e os obstáculos da viagem, só chegaria a seu destino quando tudo estava consumado.

Como todo o combate se deu ainda na escuridão, tremenda confusão se estabeleceu. Lutando sem a devida orientação, os soldados lutaram entre si, de sorte que só ao desprender das primeiras luzes solares desfez-se o engano, quando era grande o número de mortos e feridos no campo de ação. Mesmo elogiando as operações, o rei lamentou aquelas precipitações, dizendo que,

*em vez de [o comandante Madureira Lobo] esperar pela luz da manhã cercar e intimidar aquela gente que se rendesse, principiou por atacá-los imediatamente na escuridão e confusão da noite, donde resultaram, principalmente entre os da mesma tropa.*<sup>17</sup>

Com a invasão das tropas, ficou o reduto sebastianista praticamente desguarnecido de suas lideranças, restando apenas algumas pessoas que foram feitas prisioneiras. Nesta fileira, põem-se em evidência grande número de feridos, mulheres e crianças, além de idosos impossibilitados de se locomoverem. Não satisfeito com o quadro, ordenou Madureira Lobo, que se passassem a fio de espada algumas daquelas pessoas, embora já havendo deposto as poucas armas que possuíam, rendidos, não ofereciam nenhuma resistência. Após o desmonte do arraial, os soldados arrastaram suas presas até o Povoado de Bonito, ficando de posse de seus poucos pertencentes.

Antes das tropas deixarem aquele povoado, fizeram-se interrogatórios a alguns prisioneiros, pondo-se em soltura algumas mulheres, por não se verificar nenhuma participação delas no movimento. Outras, entretanto, por terem vida ativa na naquela comunidade acompanharam as tropas até o Recife, onde juntamente com seus companheiros e outros camponeses deveriam ser inquiridas. Do Povoado de Bonito, municiados de provisões para cinco dias, escoltavam os soldados seus troféus de guerra. Vencida a distância apeou a comitiva na Vila de Santo Antônio, como havia

recomendado o governador. Desta localidade, sem fazer nenhum pouso, o séqüito finalmente chegou no dia 5 de novembro de 1820 em Recife.

Chegando ao seu destino, foram os camponeses do Rodeador atirados na prisão. As prisioneiras foram alojadas ali em ranchos para cuja manutenção mandou o governo entregar-lhes utensílios e outros materiais para suas sobrevivências. Após o término das investigações, foram os prisioneiros postos em soltura com exceção daqueles que tinham vida ativa na comunidade, conforme determinou o rei.

Enquanto em Recife se investigavam os prisioneiros, ordenava o governador ao ouvidor Antero José da Maia e Silva que se deslocasse para a povoação de Bonito a fim de devassar a qualidade de gente que se ajuntou na Serra do Rodeador. Em seu trabalho, deveria procurar investigar também se naqueles sertões ainda tinha voga certos termos, entre eles a palavra *patriota*. Esta por sinal foi uma das inovações advindas da Revolução de 1817, juntamente com a forma de tratamento *vós*. Na realidade, Luís do Rego tinha receio de que o Reino do Paraíso Terreal pudesse ter tido conotações políticas e que elementos provenientes daquela revolução estivesse infiltrados naquele sítio.

Em seu libelo, Maia e Silva chamava a atenção para o fato das crenças em prestígios, milagres e encantamentos que tanto atraíram os sertanejos do Reino do Paraíso Terreal. Para ele não passavam de um ato de ingenuidade e por isso afirmava que a *superstição [é] filha somente do erro da ignorância, não [podendo] ser encarada como crime*, salvo em outros tempos, alertava o ouvidor, quando poderiam ser indiciados por prática de feitiçaria.

A história dos deserdados do Rodeador nos revela a possibilidade que tem a massa excluída de conseguir fabricar um novo ser, uma nova história, uma nova urbe, onde as aspirações, as expectativas, podem ser concretizadas. Na ilusória fragilidade de seus corpos se percebe o caráter da resistência e o exercício da dependência recíproca. Invisíveis para uma historiografia oficial, conseguiram rabiscar um protótipo de mundo novo embalado na experiência da vida cotidiana, fato que os pseudo-heróis não foram capazes de concretizar.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). *Devassa acerca do Ajuntamento da Serra do Rodeador*. Série Interior, Correspondência da Província (1820-1821). IJJ9, 245, vol. 9, pp. 36v e 37v. Sobre o caso em tela veja: CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso Terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador. Pernambuco, 1820*. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em História), UFPE.

<sup>2</sup> ANRJ, *Devassa*, p. 57.

<sup>3</sup> Alguns levantamentos demográficos em Pernambuco desse período, leiam-se: LEITE, Glacyra. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos*. Recife: Editora Massangana, 1998, pp. 38-39. FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais. Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, pp. 37-41.

<sup>4</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179

<sup>5</sup> BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 198.

<sup>6</sup> HERMANN, Jacqueline. “Sebastianismo e Sedição: os rebeldes do Rodeador na cidade do paraíso terrestre, Pernambuco, 1817-1820”. *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 11, p. 140, 2001.

<sup>7</sup> Carta de Luís do Rego Barreto ao Ministério do Reino datada do Recife, 21 de outubro de 1820. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: IAHP, vol. 52, p. 160.

<sup>8</sup> MOTT, Luiz. “Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu”. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 163, vol. 1.

<sup>9</sup> ANRJ. *Devassa*, p. 22v.

<sup>10</sup> *Ibid*, p. 91v.

<sup>11</sup> *Ibid*, p. 45v.

<sup>12</sup> *Ibid*, p. 45v.

<sup>13</sup> Carta de Luís do Rego Barreto, datada de 21 de outubro de 1820, ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 162.

<sup>14</sup> JANCSÓ, István. “A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política do século XVIII”. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 389, vol. 1.

<sup>15</sup> DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 54.

<sup>16</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e comportamentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 2.

<sup>17</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. APEJE. Ordem Régia de 12 de janeiro de 1821. OR, códice 41, 1820, fl. 87.